

ULMANN, Reinhold Aloysio. *Consecratio mundi: Festschrift em homenagem a Urbano Zilles*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 198, 571 pp.

No Brasil são raras as homenagens por reconhecimento de mérito científico feitas para homens de sessenta anos. É portanto uma alegria saber que alguém a merece e ainda mais que ela mesma tem um valor de nível científico elevado, merecendo achar-se em qualquer biblioteca como obra de síntese preciosa.

O homenageado é um especialista no diálogo entre a teologia e as ciências humanas, sobretudo a filosofia. Mais interessante, ainda, que esse diálogo ele não o guardou no segredo de seu local de trabalho ou no espaço transitório dos grupos de sala de aula, mas soube transformá-los em escritos, escritos legíveis e úteis... Foram setenta e oito artigos de filosofia, cento e seis de teologia e mais oito livros de filosofia e quinze de teologia, além de quatro livros de outros que ele traduziu. Um total de 213 publicações trabalhadas entre 1965 e 1997. Para um país onde se fala demais, se imagina muito, pensa-se pouco e raramente se escreve, é um exemplo certamente merecedor de divulgação.

Além do valor da homenagem e do homenageado, o livro merece, também, estar nas bibliotecas pelo valor do material apresentado. Os amigos quiseram oferecer algo digno do colega e capricharam no valor do que escreveram. Foram sínteses, foram análises, que mostram o melhor do que existe no momento sobre cada um dos assuntos. Há muita variedade nos temas abordados: cada um trouxe o que gosta, mas o todo é admirável. Para que essa riqueza não fique escondida, mostraremos alguns temas que merecem ser lidos.

Da teologia recomendaríamos Geraldo Luiz Borges Hackmann: *O presbítero diocesano no limiar do novo milênio* (p. 35-62), uma reflexão prática de síntese; Lúcia Weiler: *Da lógica do conhecimento para uma lógica do amor — pistas para uma releitura filosófico-teológica do evangelho de João* (p. 92-111), uma análise da comunidade joanina e de sua linha de identidade caracterizada pela ação e justificação; Martin N. Dreher, *A Igreja como creatura evangelii nos escritos de Lutero* (p. 153-172), uma exposição técnica interessante; Zeno Hastenteufel, *A Igreja do Brasil no tempo das Regências* (p. 199-210), um estudo

sobre o galicanismo e o ultramontanismo no Brasil de 1831 a 1840.

Na parte filosófica da obra há ainda mais liberdade. Evidentemente, que há vários trabalhos analisando a própria obra do homenageado: Antonio Paim: *A filosofia católica entendida como perspectiva filosófica na obra de Zilles* (p. 260-267), onde se valoriza a ação dos filósofos católicos como instrumento de diálogo vivo e respeitoso entre sua fé e a cultura da época; Edvino Aloísio Rabuske, *Crítica de Urbano Zilles a Hegel* (p. 336-350), em que se reflete com Zilles sobre a história em Hegel e seu problema de analisar o finito e o infinito; Elvo Clemente, *Monsenhor Urbano Zilles* (p. 351-358), dá o perfil biográfico da ação do homenageado e Leonardo Prota, *Principais vertentes na obra de Urbano Zilles* (p. 487-492), retrata o diálogo do escritor com os grandes nomes do pensamento universal e com as correntes existentes no dia-a-dia de nossa intelectualidade brasileira.

Muitos outros assuntos de ciências humanas foram ainda abordados como Alberto Oliva, *Teorias do conhecimento, teorias da educação* (p. 213-221), ou o educador perante a transmissão da ciência, que não é definitiva nem falsa, mas que nessa tensão merece ser assumida; Alessandro Guisalberti, *Prassi ed Etica in Tommaso d'Aquino* (p. 228-242), uma excelente pesquisa sobre a práxis e o fim último e sobre a felicidade terrena e a beatitude eterna na Summa de Santo Tomás; Inácio Strieder, *Meditação sobre o mal: do mal radical à banalidade do mal* (p. 438-447), uma reflexão sobre a realidade mal em sua contradição com nossa realidade ideal e sua presença em nossa realidade diária com a agravante... ele pode ser escolhido; Manfredo Araújo de Oliveira: *Desafios éticos da globalização: a intersubjetividade enquanto estrutura ontológica suprema* (p. 520-532), onde o filósofo do Ceará desenvolve o contraste de uma economia liberal, que tem como pressuposto a submissão imposta a todas as liberdades em favor do volume crescente das vantagens reservadas aos privilegiados: a perfeita intersubjetividade assimétrica.

O livro é precioso como fonte de bibliografia para cada assunto. É também animador para o teólogo e o filósofo, que procuram ar para respirar no contato com o passado e com o presente de todos os ambientes no desejo de balizar caminhos para o futuro. Se ele pode, porque outros não poderão...

**VENETZ, Herman-Joseph**, *Foi assim que a Igreja começou: um olhar sobre o Novo Testamento*. Tradução de Ivo Theiss ofm. Aparecida, Santuário, 1995, 255 pp. (Teológica 1).

É um livro de teologia, feito para a formação técnica dos que se dedicam ao ministério. Não é um livro de ciência nem um

livro para aquecer corações. Objetivo, didático e de leitura simples. Mas requer uma leitura lenta e densa. Em cada dez linhas você vai ser obrigado a levantar os olhos para refletir, para repensar o que já se ouviu dizer um dia, o que se está praticando.

Começa discutindo o que se fazia com a Bíblia no passado: no tempo do latim. A liturgia privilegiava o Evangelho de Mateus. Os outros livros dos Evangelhos eram usados só como acompanhamento. Hoje lemos mais, lemos tudo. Ficou mais difícil para quem busca guardar na memória, mas ficou melhor para quem deseja conhecer a variedade de pontos de vista e as tensões da experiência cristã multiforme dos inícios (p. 15-26).

Há um começo absoluto: Jesus. Seu jeito de ser, sua maneira de falar são diferentes e têm uma condição característica: interrogam, formam “a causa de Jesus” (p. 27-51).

O pregador Jesus cativa simpatizantes. Eles tentam experimentar o modelo de Jesus em suas pessoas diferentes e irredutíveis, em suas culturas pluriformes e contrastantes. Existem as associações, as sinagogas, existem os eixos históricos e sociais (Ekklesia). Existem as lideranças variadas, as locais e as circulantes. Mas no início o associar-se é mais importante que o obedecer como é o caso de Corinto e Tessalônica. Ser a imagem de Cristo, seu corpo, um Cristo que se pode ver. Todos procuram ser Cristo como indivíduo a usar os seus dons, sabendo escolhê-los... há os bons e os maus discípulos... Fazer junto leva à comunidade onde liderança é dom do Espírito. Inclusive os dons da mulher, perante os quais Paulo avança e recua. Mas vive: sem ministérios não há comunidades, mas para vida comunitária não bastam ministérios-estrutura, o carisma é vital... (p. 53-136).

Conservando os seus objetivos, a Igreja evolui. Deixou de ser o fim dos tempos, para ser de vários lugares e dos tempos que correm sem parar... Procura-se uma política comum para uma Igreja grande (Concílio de Jerusalém). Mas “apostólica”. No entanto comparem-se a carta aos Coríntios com Efésios, como apresentam comunidades diferentes! Como são diferentes a experiência comunitária de Mateus, de Lucas, de João, das Cartas pastorais com outras vidas, outros serviços, outros nomes (p. 137-223).

O capítulo final do livro tem que ser lido, linha por linha, mas parando para meditação. São quase só perguntas... a responder. Se teologia prática (fazer) não é história (repetir), não basta ter as ipsíssima verba et acta Jesu (as palavras e os atos inegáveis de Jesus) para achar o Jesus de hoje... no trabalho, na revelação, nas estruturas...A pergunta central é: como fazer uma presença que seja no tempo do presente (tempos de hoje) e que seja verdadeira e eficaz? (p. 225-233).

O livro é interessante e feito para ser lido por uma pessoa de cultura religiosa, mas sem pretensões a entrar em disputas

teológicas. Mostra hipóteses, fundamenta e deixa as decisões para o leitor. Mas deixa inquieto quem não leva a sério, quem o lê. Um ótimo ensaio teológico. Bastaria ler o que ele fala de um ministério feminino (p. 121-129).

Outro grande valor é uma análise dinâmica da história: nada de fazer uma compressão de dados como se estivéssemos diante de uma evolução linear, que partisse do incompleto e chegasse logo ao completo. Antes mostra uma evolução vital, com altos e baixos, em cada passo histórico. Uma coisa foram os tempos de Jesus, outra os tempos dos companheiros da pessoa de Jesus (tinham o carisma de testemunhas visuais com suas lembranças e também suas reações pessoais diferenciadas) e no tempo da organização estruturada onde o presente devia construir-se não sobre a experiência e as pessoas mumificadas e imutáveis, mas fazer uma nova realidade histórica coerente em continuidade com o passado.

Como não podia deixar de ser, o livro é uma leitura do Novo Testamento. As citações dos fatos bíblicos são a base de todo o estudo. Mas, cada texto é ressituaado em seu texto e contexto. Não se isolam ou se omitem as diferenças e ambigüidades. Dá-se uma terceira dimensão espaço-temporal. Não se faz um enquadramento metafísico, que dividisse o essencial do secundário, que desapareceria para compor uma harmonia forçada.

Muito úteis, também, os índices bíblico e de temas. Fica mais fácil, depois, consultar os trechos da Bíblia mais importantes e ver talvez alguma complementaridade necessária. O índice temático permite achar rapidamente o que nos interessa, quando se faz uma busca de assuntos. Buscar achando logo é bem mais agradável, que procurar página por página quando há necessidade de ter rapidamente a referência.

Não gostamos apenas da bibliografia germanizada. Citam-se os livros segundo o autor os leu em sua língua. Poucos foram citados em sua língua original. Teria sido mais interessante se fossem citados na língua onde foram redigidos, o que permitiria uma busca mais fácil, para nós não alemães e melhor ainda se fossem citadas, também, as traduções que já existem em português (Lofink, Schillebeeckz, Theissen, Wengst, por exemplo), o que nos permitiria aprofundar algum tema em linguagem acessível. Mas, quem sabe, isso será feito em uma próxima edição.

*P. Antonio Silva CSSR*

Evidentemente, o livro quer trabalhar a imagem da mulher no Novo Testamento com a intenção de tratar depois do problema que seria o ministério feminino. Por isso, prefere o autor, deixar de tratar as muitas visões, que se poderiam ter com a leitura da parte cristã da Bíblia, para restringir-se a um tratamento que ele chama de teológico. Infelizmente o livro deixa de definir com precisão o que entende por estudo teológico.

Percorrendo a antropologia bíblica, o autor se esforça de compreender uma análise que chama de simbólica: os fatos são menos importantes que os paradigmas dos quais são espelho ou instrumento de compreensão. Fala-se da criação de ambos e da figura sponsal com Deus, que tem a comunidade dos judeus no Antigo Testamento. Nos livros da Nova Aliança existem, também a Igreja esposa ao lado de Cristo esposo, e a figura feminina maternal. Paulo aborda a união dos sexos e sua fundamental igualdade, mas também a dificuldade de uma ética sexual, que quer ao mesmo tempo ser angélica e totalmente humana.

Não menos complexa, aparece o lugar da mulher no culto, tendo que atender aos costumes judeus e às tradições gregas, bem como, as experiências variadas do serviço cristão. Não menos difícil, aparece a necessidade de dar normas para o ambiente da moral doméstica ou das carências sociais, merecendo um tratamento especial, as cartas pastorais e suas peculiaridades.

No exame da situação da mulher em relação ao ministério, o autor aborda em primeiro lugar os fatos, sobretudo enquanto se encontram em Paulo. Fala-se do ministério da palavra, da hospitalidade eucarística, das mulheres que exercem “dulias” e ministérios. Pena que esqueça de citar At. 21, 9 sobre as filhas de Felipe, que certamente mereceria um tratamento maior. Num segundo momento, faz-se uma avaliação dos dados catalogados, onde se defende a distinção entre prestação de serviços e presidência da comunidade estruturada, aceitando-se que os primeiros foram dados aos dois sexos, mas que os últimos só se realizam com homens.

Na conclusão, pede-se que se respeite o paradigma Cristo que foi masculino e o paradigma apóstolos, que também o foi. E como Cristo e os apóstolos não tem valor a não ser para quem tem fé, tenha-se fé neles como paradigma masculino. Reconhece o autor, que isso não convence plenamente, mas apela para a “tradição” chamada apostólica, contradita hoje por certas tradições, que estão fora da Igreja católica.

Não é um problema de abordagem cômoda. Entretanto, para quem quer rever as posições, que são defendidas de maneira mais tradicional tem nesse livro uma ótima reflexão.

HUGON, Édouard, op. *Os princípios da filosofia de São Tomás de Aquino: as vinte e quatro teses fundamentais*. Tradução de Dom Odilão Moura osb. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1998, p. 317. (Filosofia 77)

Quer queiramos ou não, fica cada vez mais difícil encontrar gente, que possa ler os clássicos da filosofia católica. E, com isso, muita coisa vai sendo deixada de lado por mais boa vontade que tenhamos. Ler Santo Tomás vai sendo uma aventura. Se ler já é difícil, imagine-se o entender globalmente, o poder usar ensinamentos dele com conhecimento e com competência. E como ter uma informação do conjunto que possa ao mesmo tempo ser segura e completa?

No começo do século tentou-se publicar uma lista de temas que pareciam característicos fundamentais da filosofia de São Tomás: são as famosas vinte e quatro teses tomistas apresentadas para serem estudadas nos seminários católicos pela Sagrada Congregação dos Estudos em 27 de Julho de 1914, sob a aprovação de Pio X. As teses foram comentadas por dois grandes teólogos da época: P. Edouard Hugon op e o P. Guido Matiussi sj, em livros que se podem considerar de grande influência até os tempos do Concílio Vaticano II.

O que pode causar surpresa é ver a coragem da editora da PUC do Rio Grande do Sul que acaba de publicar o livro do P. Hugon, cuja primeira edição data de 1922. Ninguém mais pode alegar, que não tem onde aprender o que é ato e potência, essência e existência, matéria e forma, a natureza da alma humana, nossa maneira de conhecer, a dinâmica da vontade e do livre arbítrio, as provas da existência de Deus, a ciência de Deus e sua vontade, a predestinação e a reprovação, as relações de Deus com o mundo.

A ordem do livro é a mesma das teses: a primeira parte trata da ontologia de São Tomás explicando suas concepções sobre ato e potência, a essência e a existência, a substância e os acidentes, e a aplicação dessas idéias no estudo da relação entre o natural e o sobrenatural. A parte seguinte estuda a cosmologia, reflexão sobre o mundo e a natureza: matéria e forma, a quantidade, o indivíduo, o que é ter lugar e uma reflexão sobre a teoria que confunde as forças divinas com a dinâmica do universo. A terceira explicita a biologia e a psicologia do mestre da escolástica, falando sobre a vida sensitiva, a vida humana, a alma humana e sua relação com o corpo, as faculdades humanas, a teoria do conhecimento, a origem das idéias e nossa maneira de conhecer, terminando com a vontade e nosso livre arbítrio. A quarta parte trata de Deus, do ponto de vista filosófico, desde as provas de sua presença até seus atributos como vontade, ciência, providência e da sua relação com o mundo.

Se o livro foi modelo de síntese, a versão brasileira foi muito feliz na tradução: é fiel, é clara, é agradável. A edição está bem impressa e de fácil leitura. Além de traduzir o autor faz um pequeno prefácio e no fim põe um resumo dos documentos da Santa Sé, que valorizam o estudo de Santo Tomás como fundamental para a compreensão da vida e da experiência cristãs.

Não pode faltar em nenhuma biblioteca de instituto de formação sacerdotal teológica ou filosófica do Brasil. Pode até servir para cursos sobre a filosofia escolástica ou sobre Santo Tomás.

PAS

**AGOSTINI, Frei Nilo ofm.** *Teologia moral: o que você precisa viver e saber.* Petrópolis, Vozes, 1997, 275 pp. (Religião — Subsídios)

Diz o autor, que o livro é *fruto do encontro entre o teólogo e o nosso povo, da escuta das numerosas interrogações dos cristãos de nossas comunidades.* Mas esse “povo” são sobretudo os intelectuais com suas preocupações filosóficas, históricas e questões particulares, surgidas de definições e instituições em crise. É um estudo racional de alguns pontos chaves da situação moral atual, ao mesmo tempo que pesquisa com brilho a história da moral do passado. Não é um tratado breve de moral, onde se fizesse a análise de uma humanidade que pode tornar-se melhor na sua escolha diária entre o bem e o mal, iluminada e chamada a viver na casa do Pai pela aceitação global e consciente da conversão (metânoia) cristã.

Muito bom o primeiro capítulo onde se descreve a angústia ambígua do mundo moderno cristão e secular. O autor mostra, que na reflexão dominada pela ideologia de modernidade, na realização concreta da vida urbana e tecnológica e na experiência dos sucessos e dos desequilíbrios pessoais e culturais, vê-se a mistura de situações inebriantes de consumo em qualidade e quantidade com decepções confrangedoras de carência e privação provocadora.

O capítulo segundo, onde se examinam o ethos, a moral, a ética, e, num acréscimo um tanto forçado, a alteridade, abre o caminho para uma excelente história da moral grega, da moral cristã e da moral moderna. Cada um desses quatro capítulos se constitui num excelente resumo, cujo texto poderia ilustrar um seminário ou um curso de lideranças necessitadas de uma síntese clara, densa e ilustradora. São magistrais, não só no sentido técnico da palavra, mas também na felicidade com que se desenvolvem. Interessante, também, o sexto capítulo, onde se procura caracterizar as raízes de nossa cultura por uma fonte indo-afro-brasileira mas fica quase esquecida a moral do im-

pério colonial português com as características da população branca e mais ainda da população mestiça, sem mencionar a convivência em simbiose das raças e seus cruzamentos tão diferentes das características dos colonizadores de outras nações aqui trazidos pela última onda européia, já em tempos de restauração romanizante e hoje dominantes na Igreja do Brasil com seus nomes e estilos de cristianismo...

No passo seguinte, o autor tenta mostrar as fontes bíblicas e a sua assimilação pela evangelização. O capítulo oitavo que apresenta a fonte bíblica, de fato faz uma exposição do que deveriam ser as coordenadas da moral cristã: ela seria uma moral da aliança no Reino, da consciência como responsabilidade e do discernimento. Infelizmente a exposição é mais metafísica do que bíblica e torna-se difícil caracterizar o Antigo Testamento e mesmo o Novo, como morais da consciência e do discernimento. São muito mais morais do seguimento e da convivência. Além disso, a revelação não pode ser apenas fonte externa da moral cristã, ela é constituinte dessa moral e devia ficar junto dos capítulos em que se trata da essência da moral.

Perfeito como história é o capítulo nono onde se descreve a evangelização do Brasil pela estrutura eclesiástica: é uma jóia de exposição, estudada em cada palavra e perfeita em cada afirmação: um texto para antologia.

Parece que falta aqui um capítulo sobre a antropologia e teologia da moral. Depois de tanta história, com tanta gente e tantos movimentos criando variações da moralidade, surge uma pergunta que é fundamental: mas enfim, o que é a moral? Por que o ser humano, além de agir fisicamente bem ou mal como todas as outras criaturas, faz de seus atos uma realidade moral? Por que e como isso também acontece com o cristão? Infelizmente ficamos sem a resposta e passamos a tratar as coisas como se elas fossem morais.

O capítulo sobre o pecado é também uma exposição rica de dados e assertivas. Pode comover e satisfazer a curiosidade de quem busca sentir-se iluminado sobre os muitos aspectos de uma realidade tão complexa. Duvido no, entanto, que possa ajudar na escolha mais decidida, entre o mal que se analisa e o bem que nos salva, quando assumido. Como na maioria dos pregadores, fala-se que *Jesus surpreende muitas vezes ao denunciar os "justos" e amar ao pecadores* (cf. Lc 5, 27-32 (p. 143), mas se esquece de falar que esses "justos" escolhiam o pecado e que esses "pecadores" estavam arrependidos... Pode um tratado sobre a justiça salvífica de Deus perante o pecado real do homem, contentar-se com a análise de sentimentos?...

Contrapostas ao pecado estão as virtudes: o ser virtuoso (que tem virtudes) é o que vive a aliança e dinamicamente se

transforma em guia entre seu desejo de absoluto e suas tensões de limitado.. Esse capítulo faz uso da Bíblia como base de toda explicação. A revelação aparece com toda a sua profundidade e riqueza. É um excelente tratado de ascese cristã.

Os últimos capítulos (12-16), tratam de pontos salientes do estudo da moral: a sexualidade, o matrimônio, a bioética e a ética social. A linha proposta nos quatro temas, segue sempre uma exposição da crise, uma valorização histórica e um desenvolvimento, que casa argumentos filosóficos atuais com a reflexão teológica católica, sobretudo no magistério oficial. É um acúmulo de sínteses onde aparecem os enunciados mais centrais. São muitos dados numa exposição talvez lógica, mas tão enxugada em suas explicações que, muitas vezes, só podem servir a quem já conhece o assunto. Quem ali entrasse para aprender, ficaria perdido no labirinto esteticamente bem composto, mas sucinto demais para poder ser acompanhado com facilidade e profundidade.

Um livro para conferencistas que buscam um resumo facilmente assimilável de um esquema lógico sobre os temas abordados. Mas só será entendido por quem já percorreu outras análises mais extensas ou precisa recordar com pouco esforço os possíveis caminhos que podem ajudar na estruturação lógica do complexo dos fatos morais.

Um grande valor do livro e que se encontra raramente em outras obras é a preocupação de compensar talvez a sobriedade do texto com a apresentação de uma bibliografia moderna e acessível no Brasil a cada tema desenvolvido. Não se apresentam notas ao pé da página, o autor prefere assumir pessoalmente os esquemas que propõe. Mas, uma lista razoável de obras, na maioria nacionais, após cada trabalho, põe o leitor brasileiro à vontade para continuar sua pesquisa.

*P. Antonio Silva CSSR*

**NEVES, Guilherme Pereira.** *E receberá mercê: a Mesa da Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil — 1808/1828.* Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1997, 419 pp.

É uma pesquisa de arquivo sobre essa instituição portuguesa, que chegou ao Brasil com a vinda de Dom João VI e sua corte (1808) e governou a vida da Igreja até o começo do Império (1828) e que se ocupava, entre outras coisas, da vida e da organização do clero e das coisas eclesásticas nas terras do Brasil, regidas pelo padroado. É uma tese de doutorado, que pela competência com que foi pesquisada e escrita, mereceu por concurso o direito de ser publicada pelo Arquivo Nacional.

O esquema da tese é simples: os dois primeiros capítulos que unem-se numa primeira parte intitulada “*a burocracia como*

*obra de arte*” contém a história da Mesa em Portugal e a sua vida (instalação, ação e extinção) no Brasil. A segunda parte, ostentando o nome algo pomposo de *A Cidade de Deus nas vísceras do Leviatã...* tenta expor no terceiro capítulo os principais problemas das nomeações e sustentação dos clérigos e no capítulo seguinte os sofrimentos e dificuldades, por que passavam as paróquias dentro das tensões dos interesses e poderes conflitantes; o quinto e último capítulo analisa por extenso a vida de alguns padres do nordeste e do Rio de Janeiro, envolvidos com revoluções e confusões da corte no começo do império.

O grande valor da obra reside na sua qualidade de ser uma pesquisa nas fontes. Quase todos os documentos citados pertencem à época em que se passam os fatos. Além disso, o tema é sobremaneira importante, pois descreve a Igreja em seus mínimos detalhes, tal como era vivida no regime do padroado. Sai da exposição ideológica, que escreve somente os nomes e feitos das instituições eclesiásticas sacralizadas hoje como se elas fossem no tempo a realidade global do povo de Deus ou então, também ideologicamente, quer levar em consideração os pretensos sentimentos dos oprimidos sem respeitar suficientemente o intercâmbio vital e orgânico da convivência religiosa do passado.

Preciosa, também, é a bibliografia que enumera fontes, livros teóricos e livros de estudos sobre um assunto onde são poucas as análises e as sínteses, mas muitas as afirmações apresadas e sobretudo infundadas. É interessante, que ao mesmo tempo, que um leigo publicava essa monografia, defendia-se uma tese em Roma sobre o mesmo assunto e com título muito semelhante: Ney FEITOSA. *A Mesa de Consciência e Ordens*

P. Antonio Silva CSSR

RUPERT, P. Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul na época imperial (1822-1889)*. vol. II. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1998, 332 p. (Teologia 13).

Já comentamos o primeiro volume desta obra<sup>1</sup> Mais ainda que o primeiro volume este mereceria trocar o nome para história da fundação e dos dirigentes das paróquias do Rio Grande do Sul. Quem for procurar no livro alguma informação sobre tradições cristãs, freqüência dos sacramentos, ação social, esforço de formação catequética, obras de santidade ou de luta contra a maldade humana, vai ficar inteiramente decepcionado. Mas, vai saber se pároco tem letra bonita, que é “curto de idéias e sem nenhuma literatura; pronto, porém no ministério paroquial e muito estimado dos povos” (p. 29) ou “dando-se ao bem e ao mal” (p. 71, se ele foi pároco colado ou simples capelão, se nasceu em São Paulo, em Portugal, numa diocese insignificante da

<sup>1</sup> *Espaços* 4(1996-1)p. 99-100.

Itália, que data parou de dirigir sua grei. É uma lista cronológica das paróquias com os seus respectivos pastores...

Pareceu-me interessante o estudo sobre os dois primeiros bispos do Rio Grande do Sul. É um pouco mais particularizado, tanto quando fala do trabalho do primeiro bispo, eleito aos 72 e do segundo escolhido com 40 anos; o cabido da catedral de Porto Alegre e do seminário fundado na mesma cidade. Também, são interessantes as 6 páginas, onde se fala das visitas pastorais na diocese e onde se fica desejando que algum corajoso faça uma tese de doutorado publicando esses livros, que devem conter muito da vida da diocese em seus inícios.

Estranho, parece também, o estudo sobre a Igreja e a Revolução Farroupilha. Há uma condenação das pessoas, que causa dúvidas sobre a objetividade das classificações. Não há dúvidas que o bispo aparecido depois dos fatos é rigoroso. Mas, fica difícil aceitar que no tempo do padroado e das nomeações pelo poder do governo, o “vigário apostólico” do governo farroupilha fosse necessariamente um cismático. Teria sido mais justo, ver a realidade dos direitos da época. O que não se pode negar é que a pessoa do farrapo era de um nível extraordinário, pois tornou-se professor do seminário, examinador sinodal, e secretário do bispado. E isso não foi apenas prêmio de submissão, mas que tinha tanto valor *figura magra e descarnada, de grande bondade e vida austera, tornou-se um dos padres mais estimados da capital* (p. 157).

O livro deixa a desejar, quando se trata de apontar as fontes de onde foram tirados os dados. Parece, que o autor teve em suas mãos a maioria dos livros do tomo das paróquias e soube usá-los de maneira sistemática. Mas não cita de onde tira suas datas, seus nomes e suas descrições de dados. Fica até desagradável, quando o autor diz, que *o documento que fala do acontecido, uma espécie de processo, se acha avulso e bastante deteriorado* (p. 112), mas não nos fala onde, quando, como está guardado. Quem sabe um dia o autor não poderia brindar-nos com uma edição de dicionário das fontes da história da Igreja no Rio Grande do Sul, onde apareceria tudo isso, em ordem, com explicação bem erudita sobre cada documento.

PAS

**BOLLIN, Antonio e GASPARINI, Francesco.** *A catequese na vida da Igreja: notas de história.* São Paulo, Paulinas, 1998, 330 pp.

Para um tempo como o nosso, que se caracteriza por uma miopia histórica, onde muitas vezes, se absolutizam os modelos que estão na moda como se fosse errado tudo o que não saiu por último, tem-se que agradecer os autores que fizeram uma história da catequese abrangendo a vida desse ministério

nos dois milênios da Igreja. Mostra-se como foram variados os fins e os meios, que a comunidade se deu para chegar a todos e em circunstâncias tão diferenciadas.

Cada capítulo da obra abrange um período no qual se apresentam a situação histórica, os principais ensinamentos transmitidos, os nomes mais importantes e as obras mais marcantes. Para que não se fique só na teoria, acompanham cada capítulo uma bibliografia, um texto catequético, um catequista com sua vida e seus problemas e um questionário para aprofundamento e estudo pessoal ou de grupo.

Em boa seqüência, temos os séculos I-II, os III-IV, os V-X, os XI-XIV. Para se ter uma idéia da linha seguida seria bom mencionar que os catequistas de cada período são, pela ordem: São Justino, Santo Ambrósio, São Gregório Magno e Santo Tomas de Aquino. Seguem-se os séculos modernos divididos em períodos, que abrangem os XV-XVI, os XVII-XVIII, o século XIX e por fim o nosso século. E como catequistas modelos: o Catecismo de Trento, São Roberto Belarmino, São João Bosco e na modernidade São Pio X.

Se no livro constasse só com o último capítulo, ele já mereceria ser lido: *A tradição da catequese no Brasil*. Capítulo feito por um exímio conhecedor da matéria e da história da vida religiosa católica dos brasileiros, é uma fonte de informação sobre a nossa maneira de viver e compreender a fé por todo o grupo social dos brasileiros, que pode dar não só uma idéia da formação primária, mas também da estrutura mental da pastoral do nosso passado. Essa preocupação com nosso povo já era em si muito justa, feita com a competência com que foi executada, merece uma recomendação especial. Com esse capítulo especial devem-se, também, mencionar as notas espalhadas no livro para iluminar aspectos de outros tempos em união com o que vinha acontecendo em outras regiões do mundo.

O livro é bastante simples e feito para pessoas que começam seus estudos. Mas tem uma bibliografia razoável. Infelizmente citam-se quase exclusivamente autores italianos ou em traduções aparecidas na Itália, mesmo quando se fala de obras escritas pelos padres da Igreja. Certamente o livro mereceria uma revisão mais exigente. Há neologismos difíceis de entender: *perspectivar* (p. 65); *inultrapassável* (p. 79), *Mission de France* traduzida por *Missão de Force* (p. 204). Fala-se de uma *Disputatio puerorum*, sem dizer onde se poderia ter uma edição da obra (p. 66). Cita-se uma carta de Alcuíno fazendo referência a Migne *Epístula 110, 190*, onde a pessoa não fica sabendo quem é esse Migne, e o que é esse 190... (também p. 66). Certamente uma citação confusa. Entre os grandes teólogos do século XIII, omite-se o nome do Santo Tomás de Aquino (p. 80), que depois vai ser proposto como modelo de catequista (p. 93-95).

Não se pode deixar de elogiar uma história da catequese, pois era um livro que fazia falta no mercado. A obra traduzida entretanto, se pode servir para cursos de catequese de principiantes na matéria, deixa muito a desejar para quem quer estudar tecnicamente. Em muita coisa é até simplória. Certamente existem textos melhores e as próprias Edições Paulinas tem no Chile uma *Historia de la catequesis* escrita por A. Cruz Etchegaray, que é citada no livro em sua edição italiana (p. 330), que teria sido bem melhor para o leitor brasileiro, que quer aprofundar seu conhecimento científico. Fica, pois, a sugestão para uma próxima edição.

PAS

**FRAGOSO, João Luís Ribeiro**, *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e hierarquia na praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998, 400 pp.

*Contrariando teses de importantes mestres da história brasileira, João Luís Fragoso afirma, que o Brasil colonial não era apenas um quintal da metrópole, mas um país de economia vigorosa e ativa, capaz de produzir riquezas e acumular fortunas equivalentes às européias no mesmo período. Minuciosamente documentado, Homens de grossa aventura é um livro capital para todos que querem entender melhor a história do Brasil.*” (Jornal do Brasil, 15/8/1998)

Cinco anos de pesquisa realizadas pelo professor João Fragoso, da Universidade Federal Fluminense, resultaram numa tese de doutoramento, apresentada sob o título: Comerciantes, Fazendeiros e Forma de Acumulação em uma Economia Escravista Colonial: Rio de Janeiro, 1799 — 1888 e, posteriormente impressa no livro que agora apresentamos.

Livro de leitura nada fácil, pois, combina informações e reflexões, num texto rigorosamente organizado mas cheio de sutilezas e nuances. Acompanhar o pensamento inquieto, audacioso e veloz, que se aventura sem medo pelos difíceis e intrincados meandros da complexa e paradoxal economia colonial, é um desafio dos mais estimulantes.

Uma obra esclarecedora e, ao mesmo tempo, uma voz que rompe o silêncio de quase dois séculos, tempo exato que estes dados sobre a economia colonial permaneceram intocáveis nos arquivos.

Ao longo dos quatro capítulos, indica algumas hipóteses de trabalho para a investigação dos mecanismos de recuperação de uma economia que, mesmo sendo agro-exportadora (portanto, ligada ao mercado internacional) e escravista, não se esgota nesses elementos estruturais.

Uma longa e meticulosa introdução metodológica na qual apresenta o objeto e hipótese, os métodos e técnicas de pesquisa, nos introduz rapidamente no âmago das questões.

Trabalhando com a hipótese de que a reprodução do sistema econômico imbricava-se, organicamente, com a contínua reiteração de uma hierarquia fortemente excludente, Fragoso é levado a analisar os principais modelos explicativos da economia colonial.

Realiza, no primeiro capítulo, *“Os modelos explicativos da economia colonial”*, uma exegese crítica dos trabalhos precursores de Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Fernando Novais, Ciro Flamarion e Jacob Gorender.

Nas palavras de Fragoso, uma das conclusões do capítulo primeiro é *“(...) a constatação de que a plantation escravista fluminense estava longe de se constituir numa unidade auto-suficiente. Na verdade, ela se reproduzia em meio a uma vasta rede mercantil, que tinha por eixo a praça do Rio de Janeiro e se espalhava pelo Sudeste-Sul brasileiro. Por sua vez, essa rede mercantil era alimentada por diversas produções coloniais de abastecimento não necessariamente baseadas no trabalho escravo”*.

No segundo capítulo, *“Economia Colonial” para além de uma plantação escravista – exportadora – o caso da Região Sudeste-Sul*, mostra a realidade e se distancia daquela apresentada pelos modelos que pretenderam explicar a economia colonial. Esta não é apenas voltada para fora, mas é capaz de constituir um mercado interno de peso e de acumulação endógenas, isto é, na Colônia era possível investir e enriquecer.

A nova compreensão da economia colonial como uma formação econômica e social pede um exame acurado do seu funcionamento. O terceiro capítulo, *“Mercado Colonial e Acumulação Endógenas”*, ao acolher este desafio, tem um cunho conceitual, pois, examina as categorias de mercado interno, acumulações endógenas e capital mercantil residente, procurando captar a lógica da economia colonial, particularmente sua autonomia frente à dependência externa.

Como se reproduz esta economia? Para responder a esta questão, Fragoso escolhe como referencial a praça do Rio de Janeiro, entre 1790 e 1840. É o quarto capítulo, *“O capital mercantil e a reprodução da economia colonial – O caso da praça mercantil do Rio de Janeiro (1790 — 1840)”*, que olha mais de perto a reprodução, no tempo, da formação econômico-social colonial.

Na conclusão breve e esclarecedora o autor faz um convite, *“por último, não é preciso reafirmar a necessidade de se melhor trabalhar tais questões”*.

Um dos méritos do texto é o de apresentar dados inéditos que nos convidam a modificar a leitura convencional da formação econômica do país. Pela originalidade dos dados, pelo refinamento das análises, pela cuidadosa reflexão, o livro de Fragoso exercerá uma forte influência nos estudos históricos.

Enio José da Costa Brito